



Associação para o Estudo e Defesa do  
Ambiente do Concelho de Alenquer

Faturas da água muito desiguais entre  
Municípios.

População de Alenquer não beneficia do  
aquífero Ota/Alenquer explorado pela  
EPAL

No dia 1 de Outubro a DECO publicou no seu sítio web <http://www.deco.proteste.pt> um trabalho de grande relevância sobre a fatura doméstica da água que inclui dados de quase todos os municípios do país.

A temática da água de consumo é assunto acerca do qual a Alambi tem realizado vários trabalhos (vide <http://www.alambi.org/actividade/desenvolvimento-sustentavel>) alguns dos quais já em 2014. Em 2012 realizamos um trabalho sobre a fatura da água em Alenquer e municípios circundantes; que incluiu também Maфра, por ter sido o primeiro município do país em que a distribuição de água foi concessionada a uma empresa privada; Benavente, por integrar um sistema multimunicipal de captação e distribuição (Águas do Ribatejo) criado e gerido por sete municípios da margem sul do Tejo; e Lisboa, por ser a capital do país.

Analizamos o trabalho agora publicado pela DECO e actualizámos os dados compilados por nós em 2012. Os valores apresentados têm a DECO como fonte (a qual remete para os tarifários disponíveis na ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), exceto para os municípios de Cadaval e Sobral de Monte Agraço, cujas faturas não foram estudadas pela DECO. Nestes dois casos a Alambi pesquisou os respectivos tarifários no sítio web da ERSAR e, seguindo a mesma metodologia usada pela DECO, calculou os valores das respectivas faturas.

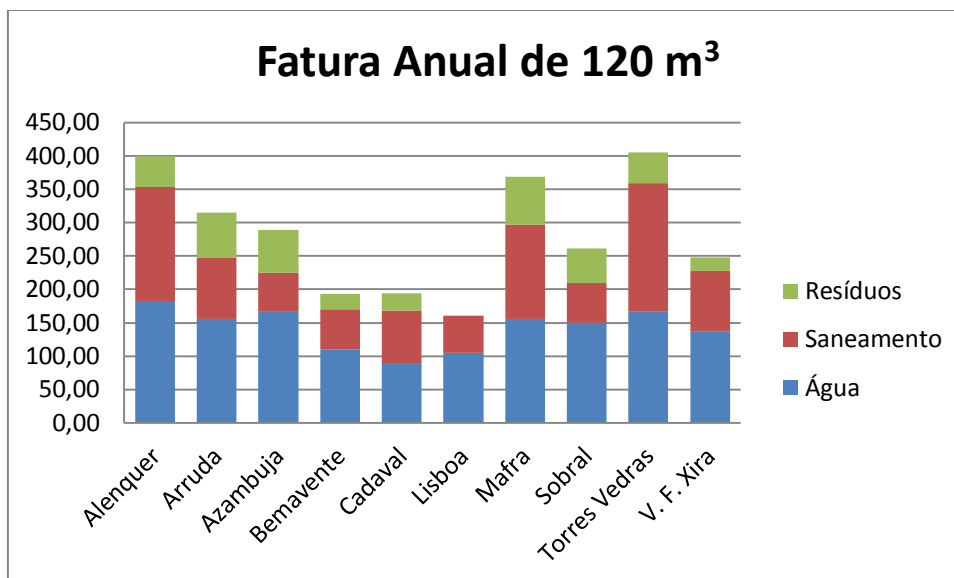
O trabalho apresenta a fatura anual para dois caudais de consumo: 120 m<sup>3</sup>/ano, correspondentes a um consumo mensal de 10 m<sup>3</sup>; e 180 m<sup>3</sup>/ano, correspondentes ao consumo de 15 m<sup>3</sup> por mês. Para além da tarifa da água de consumo propriamente dita, a fatura é constituída também pelas tarifas do saneamento e dos resíduos sólidos urbanos (lixo).

Fatura da água para um consumo anual de 120 m<sup>3</sup> (10 m<sup>3</sup>/mês)  
Inclui água, saneamento e lixo

120 m <sup>3</sup> /ano	Alenquer	Arruda	Azambuja	Benavente	Cadaval	Lisboa	Maфра	Sobral	Torres Vedras	V. F. Xira
Água	182,42	155,72	166,13	109,61	89,40	105,38	155,72	150,00	167,17	137,11
Saneamento	171,18	91,78	58,54	60,61	79,20	55,22	141,13	60,00	191,65	90,70
Lixo	46,05	67,12	64,92	22,56	25,92	0,00	72,00	51,00	46,80	20,52
<b>Total</b>	<b>399,7 €</b>	<b>314,6 €</b>	<b>289,6 €</b>	<b>192,78 €</b>	<b>194,5 €</b>	<b>160,6€</b>	<b>368,9 €</b>	<b>261,0 €</b>	<b>405,62 €</b>	<b>248,3 €</b>

Fontes: DECO e ERSAR

**Nota:** a estes valores acresce IVA



Para um caudal de consumo anual de 120 m<sup>3</sup> (10 m<sup>3</sup> mensais) verifica-se que entre estes dez municípios, Torres Vedras e Alenquer concorrem pelo lugar de fatura mais cara (405,62€ e 399,7€, respectivamente), logo seguidos por Mafra (368,9€), enquanto Lisboa (160,6€), Benavente (192,78€) e Cadaval (194,5€) apresentam as faturas mais baixas. É de notar que em qualquer um destes dos três municípios onde a fatura é mais baixa, o seu valor não chega a metade daquele que é pago em Alenquer ou Torres Vedras.

Para este escalão de consumo Alenquer é, no conjunto destes municípios, o que apresenta a parcela da fatura correspondente à água de consumo mais cara (182,42€) enquanto Cadaval (89,40€) apresenta a parcela mais baixa – menos de metade do custo. É de assinalar que Alenquer é um concelho em que abundam as águas de subsolo, onde a EPAL tem duas captações de grande relevância, uma na vila de Alenquer e outra em Ota, de onde extrai anualmente caudais que ultrapassam quatro vezes o consumo no município. Esta água vai abastecer a área metropolitana de Lisboa, sendo de estranhar que em Vila Franca de Xira e Lisboa a água tenha um preço mais baixo do que junto à fonte onde de onde é extraída. Na verdade a parcela da fatura correspondente à água apresenta em Alenquer um dos valores mais altos do país.

Torres Vedras, segundo a DECO, apresenta o custo de saneamento mais elevado do país (191,65€) e a fatura de Alenquer só é ultrapassada pela de Torres, porque ali o saneamento é mais caro.

É de notar igualmente que a fatura em Lisboa não inclui taxa de lixo.

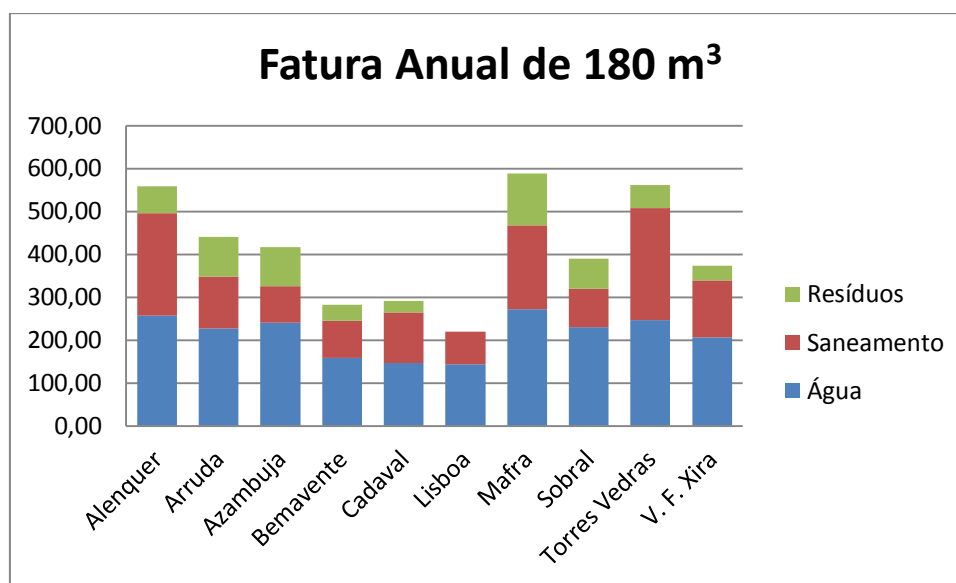
## Fatura da água para um consumo anual de 180 m<sup>3</sup> (15 m<sup>3</sup>/mês)

Inclui água, saneamento e lixo

180 m <sup>3</sup> /ano	Alenquer	Arruda	Azambuja	Benavente	Cadaval	Lisboa	Mafra	Sobral	Torres Vedras	V. F. Xira
<b>Água</b>	257,05	227,56	240,44	159,43	146,40	144,44	272,78	230,40	246,88	205,96
<b>Saneamento</b>	238,35	120,48	86,04	86,07	118,80	75,09	195,37	90,00	260,55	133,18
<b>Lixo</b>	63,04	92,70	90,72	37,32	25,92	0,00	120,00	69,00	54,60	34,29
<b>Total</b>	<b>558,4 €</b>	<b>440,7 €</b>	<b>417,2 €</b>	<b>282,8 €</b>	<b>291,1 €</b>	<b>219,5 €</b>	<b>588,2 €</b>	<b>389,4 €</b>	<b>562,0 €</b>	<b>373,4 €</b>

Fontes: DECO e ERSAR

**Nota:** a estes valores acresce IVA



Para o consumo anual de 180 m<sup>3</sup> (15 m<sup>3</sup>/mês), Mafra apresenta a fatura mais elevada (588,2€), logo seguida de Torres Vedras (562,0€) e Alenquer (558,4€). Lisboa (219,5), Benavente (282,8) e Cadaval (291,1), continuam a apresentar as faturas mais baixas, com um diferencial de cerca de metade relativamente a Mafra, onde a fatura é a mais cara. Lisboa tem uma fatura inferior a metade da que é praticada em Alenquer.

Para este escalão de consumo Mafra apresenta também a parcela da água de consumo mais elevada (272,78€), logo seguida de Alenquer (257,05€) enquanto Lisboa (144,44€) apresenta a parcela mais baixa.

A fim de identificar causas para estas diferenças de preços a Alambi procurou informação acerca das entidades gestoras dos sistemas de distribuição das redes de água e de saneamento no conjunto destes 10 municípios e verificou que em três deles os sistemas estão concessionados a empresas que operam no mercado: Alenquer (Aquapor 40%, AGS 40%, outros 20%); Azambuja (Aquapor 75%, outros 25%); Mafra (BE Water 100%).

Benavente integra um sistema multimunicipal (Águas do Ribatejo) criado e gerido pelas próprias autarquias que capta e distribui a água, gere as redes as redes de água e saneamento, e administra as ETAR. No conjunto dos municípios que integram a Águas do Ribatejo a fatura da água é igual, com exceção da taxa de lixo em que apresenta pequenas variações.

Em Lisboa a água é distribuída pela EPAL, uma empresa pública que capta água em Alenquer. Nos restantes municípios os sistemas são geridos pelas Câmaras Municipais.

Verifica-se que, no caso da fatura anual de 120 m<sup>3</sup>, os municípios com as redes concessionadas surgem em segundo (Alenquer), terceiro (Maфра) e quinto (Azambuja), entre aqueles que têm as faturas mais elevadas; e na fatura anual de 180 m<sup>3</sup> surgem em primeiro lugar (Maфра), terceiro (Alenquer), e quinto (Azambuja), pelo que é lícito associar a concessão das redes de distribuição de água e de saneamento ao aumento da fatura.

As faturas mais baixas (Lisboa e Benavente) são praticadas em municípios cujas redes são geridas por uma empresa pública, ou por uma empresa multimunicipal, pelo que julgamos ser igualmente lícito associar a gestão pública a preços mais baixos para o consumidor. É de notar ainda que, analisados os relatórios e contas da EPAL e da Águas do Ribatejo, estas empresas apresentam lucros, apesar dos preços moderados que praticam. A Águas do Ribatejo obteve em 2013 um resultado líquido de 1.828.492€ (Relatório e Contas, pág. 8) enquanto os resultados da EPAL ascenderam a 40.000.000€ (Relatório e Contas, pág. 10).

Maфра, o primeiro município do país a concessionar a água a privados, constitui um caso de assinalável curiosidade. Em 1994 a Câmara Municipal concessionou os serviços de água e saneamento à Compagnie General des Eaux Portugal, uma empresa criada para o efeito pelo grupo francês Veolia, a maior multinacional do sector. Mas negócios são negócios e a Veolia vendeu em 2013 as suas concessões em Portugal, que, para além de Maфра incluíam Ourém, Valongo e Paredes, à Beijing Enterprises Water Group, por 95 milhões de Euros. A Beijing Water (BE Water) é uma empresa chinesa que faz parte de uma grande Holding que opera em diversos sectores, composta por capitais públicos e privados, na qual a Câmara Municipal de Pequim detém uma posição assinalável. A Câmara de Maфра não quis gerir as suas redes de água e de saneamento e concessionou-as a privados, e hoje, quem distribui a água em Maфра é o Estado Chinês, em conjunto com a Câmara Municipal de Pequim.

É de notar que as empresas concessionárias de gestão de redes de água e saneamento não detêm outro património de valor assinalável para além dos direitos contratuais que lhes foram concedidos, pelo que é lícito concluir que a BE Water espera reaver os 95 milhões investidos na compra através do lucro obtido nestes quatro concelhos durante o período de concessão, e porventura do seu posicionamento no mercado para a obtenção de novas concessões. Isto é, as empresas concessionárias que operam em Portugal esperam obter volumosos lucros a vender-nos um recurso natural que nos pertence – a água – e da gestão de redes construídas pelos próprios municípios com o dinheiro dos nossos impostos.

Em 2014 o Tribunal de Contas publicou um relatório sobre as parcerias público privadas da água em que tece considerações que não são abonatórias para os municípios sobre o papel que desempenharam na hipoteca do interesse público e do interesse seus munícipes, na celebração destes contratos de concessão. Malgrado as considerações do Tribunal de Contas sobre a necessidade de proceder à partilha do risco económico nas parcerias público-privadas da água, a tendência actual destas parcerias no mercado internacional é a celebração de contratos de concessão de curto prazo, de três a cinco anos, e não os trinta anos da generalidade das concessões atuais. As empresas adjudicatárias não querem fazer investimentos vultuosos na renovação de redes ou em grandes reparações. O seu lema é ganhar o máximo de dinheiro para

os accionistas. Quando as redes atingem o limite de vida, ou começam a ter problemas graves, os municípios que façam os investimentos.

No entanto será excessivo concluir que faturas caras resultam exclusivamente da concessão das redes de água e saneamento pelos municípios – o que não é verificado em Torres Vedras e Arruda, que também têm faturas elevadas. Parte do problema resulta de contratos de fornecimento de água em alta e de gestão das ETAR municipais, entre as Câmaras e empresas do grupo Águas de Portugal (Empresa Pública), de que o contrato entre a Câmara de Alenquer e a empresa Águas do Oeste constitui um exemplo paradigmático. Com preços sempre crescentes e caudais garantidos, estes contratos constituem simultaneamente um fator de encarecimento das faturas da água junto dos consumidores, e de valorização económica da Águas de Portugal, na perspectiva da sua privatização insistentemente anunciada.

É tudo isto que os consumidores têm de sustentar quando um recurso natural que lhes pertence por direito natural é apropriado por interesses estranhos.

## Fontes:

<http://www.deco.proteste.pt/casa/agua/noticia/tarifas-da-agua-portugal-dividido>

<http://www.ersar.pt/website/ViewContent.aspx?GenericContentId=841&SubFolderPath=\Root\Contents\Sitio\Entidades+do+sector\Servicos\Tarif%C3%A1riosFinal&Section=Entidades+do+sector&FolderPath=\Root\Contents\Sitio\Entidades+do+sector\Servicos>

Relatório do Tribunal de Contas sobre Regulação das PPP no Sector das Águas (sistemas em baixa)

Relatório de Gestão e Contas de 2013 da Águas do Ribatejo;

Relatório e Contas de 2013 da EPAL

Alenquer, 5 de outubro de 2014

A Direção da Alambi

---

Alambi - Associação para o Estudo e Defesa do Ambiente do Concelho de Alenquer  
Ex-Escola da Passinha (Casais Novos)

**APARTADO 63 2584-909 ALENQUER geral@alambi.org Tel. 969045763 ww.alambi.org**

*A Alambi é uma Organização Não Governamental de Ambiente de âmbito local,  
inscrita no Registo Nacional de ONGA e na Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente*

